

AGRICULTURA

Portugal desperdiçou 37 milhões de ajudas da CE

Bruxelas atribuiu 185 milhões para aplicar até final de 2007. Portugal só usou 148 milhões

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

Portugal não aproveitou 36,565 milhões de euros dos apoios da Comissão Europeia (CE) a que teve direito em 2005, apesar de ser um dos poucos países que tem dois anos para aplicar as ajudas a que tem direito. Este montante já não é recuperável.

No total, os agricultores portugueses teriam direito – até ao final de 2007 e relativo a 2005 – a 185,18 milhões de euros de Bruxelas, tendo este valor ficado pelos 148,6 milhões. Os números, a que o Jornal de Negócios teve acesso, foram ontem apurados pela Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural (POADR), do Ministério da Agricultura (ver quadro).

Além dos 36,5 milhões de euros perdidos, e segundo as contas da mesma comissão, a agricultura por-

tuguesa ficou a perder um total 103,5 milhões de euros, valor que inclui a participação a que o Estado seria obrigado se aplicasse os fundos comunitários, assim como os investimentos privados que estes apoios implicariam.

A maioria do desperdício dos fundos europeus deu-se ao nível do Eixo I do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, secção de Orientação – FEOGA –, o que apoia projectos de reconversão e adaptação de estruturas agrícolas e de desenvolvimento rural, cuja execução financeira ficou 33,64 milhões de euros abaixo do montante atribuído a Portugal. Já o Eixo II do FEOGA abdicou de 2 milhões e ao nível do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ficaram por usar 919 mil euros.

CAP exige “responsabilização”
“Há agricultores há três anos à espera de apoios sem resposta e o Go-



Luís Mira e Jaime Silva | CAP está “chocada com desperdício” que Ministério atribui a “atrasos na programação do FEOGA”.



Verbas de 2005 Não aplicação de fundos europeus “custou” 103 milhões à agricultura			
Proveniência de fundos	Programado	Executado	Diferença
Fundos comunitários	185.185.722	148.620.607	-36.565.115
Despesa pública (CE + Estado português)	253.294.267	204.469.807	-48.824.460
Total a aplicar (inclui investimento privado)	510.896.593	407.341.151	-103.555.442

Fonte: Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural. Valores em euros.

verno dá-se ao luxo de desperdiçar 36 milhões de euros? Isto é chocante.” A reacção é de Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), “talvez seja porque não querem gastar dinheiro do Orçamento”, diz, enquanto tenta encontrar uma justificação para o desperdício. “Como é que se explica que não se tenha gasto o dinheiro de 2005, em 2006 ou 2007?”, questionou. O responsável foi mesmo mais longe, “então e não há quem peça responsabilidades sobre este desperdício?”, concretizan-

do logo de seguida: “Temos um Presidente [da República] que fica muito incomodado, e com razão, por causa de uma aluna que tira um telemóvel à professora e com isto ninguém se preocupa?”

Luís Mira considera que, “além do dinheiro perdido”, esta não utilização de fundos comunitários tem outra agravante, já que “nas próximas reuniões sobre fundos comunitários vamos ter muitas dificuldades em negociar, de certeza”. O responsável da CAP ainda deixou outra pergunta, “o que seria da agricultu-

ra se fosse só o Estado a ajudar o sector?”, lembrando que “há três anos que não há apoios à modernização dos agricultores”.

Questionado sobre os valores e sobre o porquê da não utilização da totalidade dos fundos de Bruxelas, o Ministério da Agricultura apontou ao Jornal de Negócios que “a execução de investimentos sofreu atrasos relativamente à programação no FEOGA, o que não permitiu os pagamentos atempados”, não tendo querido avançar mais pormenores sobre a questão.

€ 103
Milhões
Montante perdido entre apoios da CE e dinheiro que seria alavancado.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Candidaturas à competitividade florestal em Maio

Rui Neves
ruineves@mediafin.pt

A abertura da época 2007–2013 de caça aos incentivos à Promoção da Competitividade Florestal deverá acontecer no próximo mês. Carlos Guerra, director regional de Agricultura e Pescas do Norte, anunciou ontem que, a partir de Maio, já será possível apresentar candidaturas a esta medida do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder).

Para um financiamento indicativo da ordem dos 392 milhões de euros, com a despesa pública a assumir cerca de metade deste montante financeiro, a medida 1.3 do Proder abrange acções de apoio à “Melhoria produtiva dos povoamentos”, à “Gestão Multifuncional” e à “Modernização e capacitação das empresas florestais”.

No âmbito desta medida, o apoio aos investimentos é concedido para florestas na posse de proprietários privados, das respectivas associações ou ainda de municípios (a solo ou agrupados). Em termos gerais, os incentivos não reembolsáveis podem chegar aos 60% do investimento elegível nas zonas desfavorecidas, e até 50% nas outras regiões.

Carlos Guerra falava ontem no encerramento do seminário internacional “Floresta, Economia e Desenvolvimento Regional”, promovido pela Forestis – Associação Florestal de Portugal, que reuniu durante dois dias, no Porto, cerca de quatro centenas de proprietários florestais, técnicos e dirigentes de associações e organizações florestais portuguesas e internacionais.

O seminário ficou ainda marcado por um outro anúncio governa-



Florestas | Proprietários abrem alas para concorrer à medida 1.3 do Proder.

€ 392
Milhões
Custo do reforço da competitividade florestal nacional.

mental: António Rego, director-geral dos Recursos Florestais revelou que o regime florestal que se aplica aos terrenos do Estado, datado de 1901, vai ser revisto, assim como o regime das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Relativamente a estas últimas, o presidente da Forestis, Carvalho Guerra, escreveu ao ministro da tutela a apelar para que as ZIF sejam fiscalmente isentas durante 10 a 15 anos, período necessário para que uma árvore cresça e, consequentemente, gere rendimento.

A floresta ocupa cerca de um terço do território nacional, correspondente a 3,3 milhões de hectares, dos quais 97% são detidos por privados, e emprega 170 mil pessoas. Com o valor da produção económica da floresta avaliado em três mil milhões de euros, representa 10% das exportações nacionais.